

A Sua Excelência a Senhora
TEREZA CAMPELLO
Ministra do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

A Sua Excelência a Senhora
MAYA TAKAGI
Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Prezadas Senhoras Ministra e Secretária,

Nós, representantes de associações, grupos de agricultores/as urbanos/as, organizações, redes e conselhos que atuam na promoção da agricultura urbana e periurbana e da soberania e segurança alimentar e nutricional, vimos, por meio desta, apresentar nosso balanço sobre a construção e implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana, assim como nossas expectativas e propostas quanto à sua continuidade.

Entendemos que o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) teve um importante papel na formulação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). Merecem ser destacados, nos últimos anos, a realização de um estudo (no ano de 2006), em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), que identificou 600 iniciativas em 11 capitais brasileiras; o 1º Seminário Nacional de Agricultura Urbana, realizado em junho de 2007, em Brasília, que apontou diretrizes e princípios para orientar a ação federal; e o apoio, a partir de um edital em 2008, à implementação dos Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (CAUPs), que estimularam uma lógica territorial (metropolitana) para a política e a constituição de redes de atores locais para a sua implementação.

No âmbito da sociedade civil, ressaltamos a existência de inúmeras iniciativas promovidas e apoiadas por organizações (algumas delas há mais de 15 anos), que demonstram a multifuncionalidade das práticas de agricultura urbana, as transformações que provocam na vida das pessoas e das cidades e sua relação com temáticas importantes no atual contexto brasileiro, como feminismo, reforma urbana, reforma agrária, saúde coletiva, economia solidária e soberania e segurança alimentar e nutricional. O movimento pela agricultura urbana, baseada nos princípios da agroecologia e impulsionada pela sociedade civil, tem sido um campo de convergência para o fortalecimento da organização popular, especialmente a auto-organização das mulheres, que buscam superar as desigualdades sociais e econômicas e fazer a ação política a partir da articulação entre ações cotidianas.

Estas iniciativas são viabilizadas, principalmente, a partir do engajamento e da mobilização de recursos financeiros de seus participantes e, eventualmente, de apoios da cooperação internacional. O financiamento com recursos públicos nacionais são escassos, pois estas iniciativas esbarram nos entraves burocráticos e critérios de repasse de tais recursos que, muitas vezes, impõem exigências incompatíveis com a realidade das/os agricultoras/es. Como exemplo, documentos formais de posse ou uso dos espaços de produção têm sido tratados como critérios administrativos e um pressuposto para o acesso à política e não como direito ou objeto da própria política. Grupos que não têm documentos de posse ou termos de uso das áreas produtivas não puderam constar como beneficiários.

Avaliamos que outra dificuldade encontrada pelas iniciativas de agricultura urbana da sociedade civil se refere à opção do MDS em operacionalizar a política por meio de editais voltados aos organismos de governo, em especial a governos municipais e estaduais e universidades, desvalorizando o conhecimento sobre a temática e as experiências acumuladas há anos pelas organizações da sociedade civil. A Política é atualmente implementada por meio de convênios e não de um programa de ação permanente, o que gera descontinuidades das ações e uma desvalorização da agricultura urbana como uma política pública possível entre os atores locais. Esse formato de operacionalização da política acentua ainda outros problemas já conhecidos, como as descontinuidades ligadas às mudanças nos cargos políticos; o tempo da burocracia do Estado para compras e contratações, que não coincidem

com o calendário agrícola; a dependência de interesses e decisões de gestores públicos; e o comprometimento dos representantes da sociedade civil diante dessa realidade.

Destacamos ainda que a condução dos processos de formulação da política pelo MDS não tem favorecido a participação permanente e efetiva da sociedade civil, nem estimulado a organização de sujeitos coletivos, especialmente das/os agricultoras/es nas regiões metropolitanas, uma vez que os espaços de diálogo existentes têm priorizado a interlocução com os gestores dos convênios, que são exclusivamente instituições governamentais que não enfrentam questões prioritárias identificadas pelas organizações sociais.

Visando contribuir com a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e com o fortalecimento das iniciativas promovidas e apoiadas pela sociedade civil, as organizações abaixo-assinadas propõem e solicitam um posicionamento deste Ministério com relação aos seguintes pontos:

- implantação de uma comissão nacional, com encontros semestrais, para definição das ações prioritárias e monitoramento da implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana, com representação das redes metropolitanas e entidades que assinam esta carta e de organizações da sociedade civil que atuam com agricultura urbana em outras regiões brasileiras.
- financiamento das iniciativas de agricultura urbana promovidas e apoiadas pela sociedade civil, aperfeiçoando os processos e garantindo condições de acesso aos recursos públicos;
- fortalecimento da lógica territorial metropolitana e da constituição de redes de atores locais para a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana, por meio de destinação orçamentária permanente e financiamento das atividades dos CAUPs e das redes metropolitanas de agricultura urbana;
- apoio financeiro para a realização do I Encontro Nacional de Agricultoras e Agricultores Urbanos em 2013, organizado a partir de encontros regionais coordenados pelos CAUPs e redes metropolitanas de agricultura urbana, para o fortalecimento da organização das/os agricultoras/es e seu protagonismo na construção da política nacional de agricultura urbana.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e esperamos receber em breve uma resposta para podermos avançar no diálogo e fortalecimento da agricultura urbana no Brasil.

Cordialmente,

Articulação de Agricultura Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte (AMAU)

Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ)

Articulação Mineira de Agroecologia (AMA)

Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia

Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)

CAAUP Norte SC

Cáritas Brasileira – Regional Minas Gerais

Centro de Desenvolvimento AgroEcológico Sabiá (Pernambuco)

Centro de Estudo, Pesquisa e Intervenção de Ribeirão das Neves (CEPI)

Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo - Cepagro

Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado de Minas Gerais (Consea-MG)

Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado do Rio de Janeiro (Consea-RJ)

Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado de Santa Catarina (Consea-SC)

Consea – Rio

Ervanário São Francisco de Assis (Belo Horizonte)

FASE – Solidariedade e Educação

Grupo Aroeira (Belo Horizonte)

Grupo de Mulheres Fazenda Castro – Construindo Diálogos (Ribeirão das Neves)

Instituto 5 Elementos – Educação para a Sustentabilidade (São Paulo)

Instituto de Formação, Estudos e Assessoria em Políticas Sociais – Pólis (São Paulo)

Instituto EcoVida (Amapá)

Rede Carioca de Agricultura Urbana

Rede de AU de Santa Catarina

Rede de Educação Cidadã – Minas Gerais (RECID-MG)

Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas – REDE (Minas Gerais)

Rede Ecológica (Rio de Janeiro)
Rede Nós Amamos Neves (Ribeirão das Neves)
Rede Terra Viva (Belo Horizonte)